

**POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO COLETIVO: trilhando os caminhos da
emancipação feminina no campo**

**PUBLIC POLICIES AND COLLECTIVE WORK: traveling the paths of female
emancipation in the field**

Adrielly Ferreira Moraes*

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Adriana Carneiro da Silva**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

José Raimundo Oliveira Lima***

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da avaliação de políticas públicas como agente transformador da realidade do trabalho feminino pensado sob a ótica da coletividade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa apoiada em entrevistas realizadas com mulheres rurais participantes do projeto da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), revelando por meio da análise de conteúdo das entrevistas uma visão dos sujeitos sobre a contribuição das políticas de financiamento para as trabalhadoras rurais no seu processo de emancipação e construção da autonomia feminina a partir do trabalho coletivo. Os resultados demonstram um prisma de vivência no acesso a políticas de financiamento e as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para progredir enfatizando o papel do Estado como principal provedor da igualdade e do bem-estar social.

Palavras-chave: políticas públicas; mulheres rurais; trabalho coletivo.

ABSTRACT

This article presents the results of the evaluation of public policies as a transformative agent of the reality of women's work, viewed from the perspective of collectivity. It is a qualitative research supported by interviews conducted with rural women participating in the project of the Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), revealing through content analysis of the interviews a vision of the subjects about the contribution of financing policies for rural workers in their process of emancipation and construction of female autonomy through collective work. The results demonstrate a prism of experience in accessing financing policies and the difficulties encountered by rural women to progress, emphasizing the role of the State as the main provider of equality and social welfare.

Keywords: public policies; rural women; collective work.

*Mestra em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Professora Substituta na UEFS e coordenadora da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS). Contato: adry_moraais@hotmail.com

**Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Centro Universitário Estácio da Bahia. Coordenadora do Laboratório de Práticas em Gestão (PROJETE/Estácio Bahia). Contato: adriana.dsilva@estacio.br

***Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB) e Mestre em Gestão Integrada de Organizações (UNEB). Professor da Universidade Estadual da Feira de Santana (UEFS). Contato: zeraimundo@uefs.br



INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa trata-se da percepção de mulheres de duas comunidades rurais de Feira de Santana, interior da Bahia, sobre a contribuição e os desafios enfrentados ao acessar políticas públicas no contexto do trabalho coletivo feminino que permeia a realidade das mesmas em diversas formas de organização, associativismo, grupos de autogestão, cooperativas de mulheres, cozinhas comunitárias, entre outros.

O primeiro aspecto que caracteriza o interesse pelo tema proposto se insere no contexto histórico da formação social e econômica da zona rural considerando a perspectiva do investimento público para a progressão do trabalho feminino no campo. A discussão acerca dos problemas sociais e técnicas de aplicação de políticas públicas eficientes ganhou uma abordagem entusiasta em torno do século XX, concomitantemente ao novo olhar para a gestão dessas políticas, o cenário do trabalho rural vem se movimentando a partir da crescente atuação das mulheres rurais na economia, na representatividade social e na política.

Destaca-se que as mulheres rurais engajaram-se no processo de organização para reivindicar direitos, ações públicas mais efetivas e valorização do trabalho, havendo um esforço para tornar suas necessidades uma prioridade na elaboração de políticas públicas. Atualmente, essa organização coletiva se dá principalmente através do associativismo rural e grupos cooperativos de mulheres.

Já em relação a efetividade de políticas públicas voltadas ao público das mulheres ativas na agricultura familiar, esta depende de diversos fatores, inclusive, a informação da existência dessas políticas precisa chegar ao interessado, assim como as condições de aplicação necessitam estar adequadas à realidade que o público alvo está inserido. Nesse sentido, o trabalho busca identificar se essas mulheres têm acesso e conhecimento das políticas públicas de fomento e valorização, apresentar as dificuldades enfrentadas por elas e obter, por meio dos dados, uma ideia de como as políticas públicas refletem no



processo de emancipação e fortalecimento do trabalho coletivo de mulheres no campo.

Intencionalmente, a pesquisa apresentada traz à debate a reflexão sobre a importância econômica e social das políticas públicas de financiamento como promotor do trabalho feminino e do fortalecimento da coletividade. Pouco estudadas e muitas vezes invisibilizadas, as mulheres rurais estão nas feiras, nos lares, nas aldeias indígenas, nos quilombos, nos assentamentos, se destacando no aprimoramento de técnicas de plantio, na abordagem do meio ambiente, no comércio, estão na luta por melhores condições de trabalho e valorização.

É com base nesse cenário de mudanças sociais e econômicas que se inscreve a necessidade de se avaliar as políticas públicas a partir do olhar dos sujeitos, para que se possa pensar e fortalecer estratégias que abarcam as realidades enfrentadas, saindo do modelo de idealização para uma prática aplicável e efetiva.

Considerando o possível reflexo das políticas públicas de fomento para a mulher rural na construção e fortalecimento do trabalho coletivo feminino no campo, para tanto, aplica-se uma pesquisa exploratória acompanhada da análise de entrevistas com mulheres de comunidades rurais de Feira de Santana que integram os grupos de autogestão das cantinas solidárias do módulo I e módulo VII da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS, 2015), o estudo apresentado busca compreender o acesso às políticas de financiamento associado à desigualdade de gênero, fortalecimento de grupos de mulheres e apropriações diante dessa realidade.

A perspectiva deste estudo, a longo prazo, é construir bases empíricas para sustentar uma agenda de pesquisa mais estruturada. A questão norteadora da investigação consistiu, portanto, em capturar, por meio de entrevistas, a percepção de mulheres que já atuam em trabalhos coletivos femininos sobre as políticas de financiamento.

Dito isso, este estudo apresenta um breve debate teórico, seguido dos procedimentos metodológicos e análise dos dados sobre o caso das mulheres participantes do projeto da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia e, por fim, as considerações finais.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

A análise de políticas públicas envolve uma complexidade de elementos que permeiam sua elaboração e operacionalização, de forma que, não se considera aqui a política pública como uma mera ação de governo, como discorre Boneti (2018), há que se considerar a individualidade dos governantes, como também o envolvimento da sociedade que também se reconfigura ao longo da história. Para Cortes e Lima (2012), a política pública pode ser entendida como a estrutura de atuação pública que por sua vez constroi um quadro normativo de ações que configura as possibilidades de imagens da realidade de acordo com as necessidades de diversos atores na sociedade.

Considerando a realidade das mulheres no meio rural, é necessário reafirmar que as desigualdades marcam a vida das mulheres, já que a economia rural se estrutura sob a divisão sexual do trabalho, onde os homens estão associados ao grupo que gera trabalho e renda (BUTTO, 2011). O trabalho coletivo é uma maneira de romper essa barreira que caracteriza o trabalho feminino no campo como “ajuda”, tratamos aqui não de uma ideia baseada nos moldes neoliberais de empreendimentos que responsabilizam o cidadão pela sua sobrevivência e sim na concepção de que o Estado deve garantir o mínimo para os cidadãos de acordo com a realidade e promover igualdade por meio de políticas, como pensam Boneti (2018) e Farah (2004).

As mudanças ocorridas no cenário que envolve as mulheres rurais podem ser observadas a partir da mobilização de grupos de mulheres, para Pavan (2012), a necessidade de organização do trabalho e da redefinição das relações normativa estabelecidas geram um novo modo de vida, as formas de organização feminina no meio rural vão se multiplicando e tomando diversos formatos, o associativismo, o cooperativismo, assentamentos, a economia solidária e as cozinhas comunitárias são alguns destes. O trabalho coletivo pode ter diversas definições e possuir mais de um objetivo dentro de um mesmo grupo, Yves Schwartz (2003) ressalta que os coletivos de trabalho se transformam acompanhando as mudanças sociais, culturais, econômicas, tecnológicas. Então o trabalho coletivo neste estudo considera a solidariedade e o cooperativismo

como fundamentais, baseado na reflexão de solidariedade popular (COÊLHO-NETO, 2023).

O aumento de investimentos públicos no campo, voltados para o trabalho feminino é um reflexo do aumento da participação social dessas mulheres, de maneira sucinta, é assim que as políticas públicas agem, gerindo os problemas e as demandas coletivas através do estabelecimento de prioridade, levando em consideração a racionalização e planejando a maneira mais eficaz de se atingir os objetivos e metas do Estado (DIAS E MATOS, 2005).

Entre as políticas de acesso à cidadania, destaca-se o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR) que tem o objetivo de fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural, o estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e como consequência estimula o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que elas estão atuando. As políticas de financiamento mais acessadas por mulheres são através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e AGROAMIGO, ambas são linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Nordeste do Brasil.

Os dados de 2021 do Banco do Nordeste apontam as mulheres como um nicho ativo nas carteiras de clientes que gerenciam os financiamentos à agricultura familiar. No programa PRONAF, elas representam 43% dos clientes e na linha de financiamento pelo programa Agroamigo, essa porcentagem chega aos 48,65% do total da carteira ativa. O Agroamigo possibilita o acesso ao financiamento de maneira grupal, ou seja, um grupo adquire o empréstimo, cada um recebe o devido valor para investir no negócio e todos têm responsabilidade pelo pagamento do outro. Vale salientar que o Estado da Bahia possui os números mais altos em valores de contratação nas duas linhas de crédito (BNB, 2021). O estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e, como consequência, estimula o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que elas estão atuando, a mulher reconhece seu papel como agente de trabalho, sendo este um processo fundamental para tocar as estruturas de desigualdade.

2. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Do ponto de vista dos dados apresentados, os grupos comunitários de mulheres vêm ganhando força no mercado e assumem uma parcela importante da busca por financiamentos de crédito para apoiar a produção. Em 2019, o governo do Estado da Bahia divulgou uma estatística que define os beneficiários do projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/SDR) por gênero: dos 32.282 beneficiários, mais 17 mil são mulheres, o que representa quase 55% do público. Do total de 874 empreendimentos apoiados pelo projeto, 285 possuem mulheres como presidente, o que representa 32,61%. As mulheres são maioria também no programa Garantia-Safra, que, na Bahia, é coordenado pela SDR e já soma 300 mil inscrições, sendo 60% de mulheres (BAHIA, 2019).

Apesar de ainda serem vítimas de grande invisibilidade no trabalho rural, que muitas vezes é associado ao trabalho braçal do homem, elas estão emergindo nos movimentos sociais e políticos em busca do reconhecimento, de direitos e estão crescendo economicamente na agricultura familiar, muitas delas à frente de empreendimentos geridos em grupos, apenas por mulheres, como é o caso das cozinhas comunitárias.

A partir da última década do século XX, as mulheres rurais seguem conquistando legitimação no espaço público, na luta para garantir direitos, a participação social rural advém dos movimentos feministas e da sindicalização das mulheres rurais, ou seja, elas sempre estiveram presentes na luta política organizadas em grupos (FISCHER, 2004).

As mulheres rurais baianas foram matéria principal do Jornal Correio da Bahia em julho de 2018, onde deu-se ênfase às estatísticas, de acordo com os dados do IBGE, de participação das mulheres na agricultura familiar no interior da Bahia, sendo a zona rural de Feira de Santana a detentora da maior porcentagem feminina no campo em relação aos homens, com 55,7%. Em seguida vêm as cidades de Santo Estêvão (55,5%), Antônio Cardoso (51,0%) e Pedrão (50,9%) (BITTENCOURT, 2018).

Para aumentar sua participação na agricultura familiar, consequentemente as mulheres necessitam de poder econômico, o que requer um olhar mais profundo sobre as dificuldades que enfrentam para progredir economicamente e socialmente com a agricultura familiar. Por esse motivo, as organizações coletivas vêm ocupando espaços na produção rural nos últimos anos. A formação de cooperativas femininas, é um exemplo claro de um movimento que fez surgir um papel novo para as mulheres rurais, elas estão se tornando mulheres políticas na luta por direitos e acesso a políticas públicas para fortalecer os trabalhos coletivos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (MARCONI E LAKATOS, 2001, p. 157). Sendo assim, ela busca sistematizar o conhecimento científico em base de uma realidade existente.

No caso dessa pesquisa em específico, ela pode ser classificada como exploratória, que tem como objetivo delinear a investigação e proporcionar a delimitação do tema, passando por um levantamento de dados de natureza qualitativa, correlacionados com o levantamento teórico realizado durante o período inicial da pesquisa. Como método optou-se pelo estudo de caso, que é caracterizado por ser uma pesquisa de natureza empírica que investiga uma determinada situação dentro da realidade em que ela ocorre, apresentando maior foco na compreensão dos fatos que na sua quantificação, através de pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.

O instrumento de entrevista focalizada proporciona liberdade de discussão sobre o tema, porém mantendo o foco no assunto que deseja aprofundamento. Para (GIL, 2008, p. 112) a entrevista focalizada “Enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada.” Esse tipo de entrevista objetiva a exploração mais profunda de uma experiência vivida, dando liberdade para o entrevistado expressar-se sobre sua vivência.

Para viabilizar a realização das entrevistas foi definido que a aplicação seria com uma parcela de mulheres do campo participantes do projeto de economia popular e solidária da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). A escolha foi pautada pela acessibilidade às entrevistadas e por se tratarem de mulheres do campo que já estão vivendo um processo de progressão econômica- produtiva grupal, formada apenas por mulheres na autogestão das cantinas da Universidade. Todas as entrevistas foram feitas individualmente e sem interferências externas, um total de dez mulheres de um universo de vinte e três fizeram parte da pesquisa.

A partir dos conceitos direcionadores há a junção com o campo teórico e o tema central da pesquisa para construir as abordagens da entrevista, onde se pretende obter as respostas para os questionamentos levantados, de acordo com os pontos levantados na entrevista, formam-se as categorias empíricas abordadas nesta pesquisa. (OLIVEIRA, 2007, p. 97) Define a categoria empírica como um processo facilitador da análise de dados “As categorias empíricas emergem da pesquisa de campo, onde para cada questão formulada ou para cada item do roteiro da entrevista estabelecemos a categoria empírica”.

A aplicação das entrevistas requer uma sintetização de dados, no sentido de facilitar a verificação do conteúdo obtido pelas falas dos atores, utilizando unidades de análise para inserir cada fala de acordo com a abordagem preterida.

Dito isso, o objeto de estudo deste trabalho, foi desenvolvido por meio da utilização de instrumento pedagógico e seus aspectos da pesquisa de campo, bem como a coleta de dados, observação dos fenômenos individuais e coletivos, da percepção de mulheres de comunidades rurais de Feira de Santana, interior da Bahia, sobre a contribuição e os desafios enfrentados pelas mesmas para acessar as políticas públicas no contexto do trabalho coletivo feminino.

4. A INCUBADORA E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

As participantes desta pesquisa são de duas localidades na zona rural de Feira de Santana, Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, que fica situada no distrito de Maria Quitéria e Olhos D'água da Formiga. A Incubadora foi criada

formalmente em 2008 como um programa interdisciplinar de caráter permanente desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana, responsável pelo processo de incubação de grupos de autogestão para gerenciar as cantinas dos Módulos I e VII denominado “cantinas solidárias da UEFS” que possui duração de até cinco anos para cada grupo contemplado em edital. O objetivo da IEPS é promover a geração de trabalho e renda de iniciativas da economia popular e solidária visando à construção da emancipação dos sujeitos e sua inserção econômica e social (DADOS: BLOG INCUBADORA, 2022).

Os dois grupos mencionados são formados exclusivamente por mulheres e a organização de ambos se deram coletivamente, inicialmente através de cozinhas comunitárias para produzir alimentos e dividir as atividades de plantio, produção e venda, e a partir desse grupo ingressaram por meio de seleção de edital no projeto de Incubação da IEPS.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA REALIDADE DO TRABALHO FEMININO: O CASO DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DO PROJETO DA INCUBADORA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA

A pergunta que norteou a coleta de dados da pesquisa buscou identificar como se caracterizava a experiência das mulheres rurais com o acesso a políticas públicas no processo de fortalecimento do trabalho coletivo, ressaltando a experiência em grupo. Os resultados apresentados a seguir contemplam duas categorias temáticas complementares que fornecem os elementos de resposta ao objeto da investigação: a experiência com políticas de financiamento e o papel da política pública no fortalecimento do trabalho feminino no campo.

5.1 Experiência com Políticas de Financiamento

A primeira pergunta da pesquisa é um desdobramento do questionamento central, que consiste em compreender o acesso às políticas públicas disponíveis para a mulher do campo: Qual a sua experiência como trabalhadora do campo com o acesso às políticas públicas?

As entrevistadas demonstraram certo descontentamento com a oferta de políticas públicas do ponto de vista das necessidades, bem como o desconhecimento de muitas delas. Nesse momento foi necessário citar as principais políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar, especificando as que são direcionadas ao público feminino.

Existem diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, em outubro de 2013, no Governo Dilma Rousseff, o MDA com o intuito de viabilizar as informações acerca dessas políticas disponíveis, publicou um caderno informativo disponível em PDF no próprio site com todas essas políticas e o enquadramento de cada uma. Esta apresentação se dá com uma linguagem bem acessível, e apresenta as políticas e a que tipo de produtor é direcionada cada uma delas, contendo imagens ilustrativas dessas aplicações. São doze políticas voltadas para o fomento e incentivo financeiro e oito voltadas para o acesso à cidadania (BRASIL, 2013).

Três verbalizações de participantes distintas são capazes de concentrar a ideia central das entrevistadas, que não apresentou grandes divergências nesse questionamento:

A que eu ouço falar muito e que eu até busquei em algum momento que ainda não era só para mulheres como tem hoje, foi o PRONAF¹, era aberto pra qualquer público, mas também tem o PAA² e o PNAE³ que hoje pelo governo do município, vinculado tanto com o governo do Estado quanto com o governo federal adquire alimentação escolar da Agricultura Familiar que eu participo, também conheço o Agroamigo, mas, empréstimo eu só peguei pelo PRONAF mesmo, Agroamigo tem as reuniões lá na comunidade e muitas pessoas pegam, é um programa bem ativo dentro da comunidade.

[...] Além disso, não tem nenhuma política de crédito para a gente produzir nossos alimentos, cozinhas comunitárias para mulheres, financiamento de equipamentos de cozinha...e até para a gente se profissionalizar na produção mesmo, seria bom se tivesse.

[...] sinto falta de tanto apoio pra mulheres rurais, eu por exemplo já tentei com um grupo de mulheres da família mesmo, a gente tentou um financiamento para montar um espaço para cozinha, porque a gente já estava fornecendo alimentos para o PAA e a gente queria alçar novos voos com a produção, tentamos junto ao Banco do Nordeste e não conseguimos, sem esse dinheiro

¹ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

² Programa de Aquisição de Alimentos.

³ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

deixamos o projeto da cozinha de lado e acabamos ficando no quintal da minha tia mesmo.

O Agroamigo foi a política de crédito mais citada, enfatizando a possibilidade de ser adquirido em grupo, bem como a preocupação com a falta de investimento em cozinhas comunitárias, feiras de mulheres e profissionalização para as mulheres do campo. Em geral, constatou-se uma satisfação com as possibilidades existentes e apresentação de necessidades grupais ainda não contempladas por políticas públicas.

As palavras das mulheres agricultoras nos permitem reforçar as colocações de (FISCHER, 2006, p. 43) sobre o papel da mulher na produção de alimentos “No cotidiano rural, as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses produtos em alimentos.” A preocupação coletiva é observada durante os relatos de necessidades e de falta de ofertas de políticas públicas direcionadas para financiar as diversas atividades desenvolvidas em grupos por mulheres do campo.

O Governo Federal possui doze políticas de incentivo financeiro voltadas para a agricultura familiar e oito direcionadas para as mulheres do campo, a partir da análise das entrevistas foi possível observar que poucas foram citadas pelas entrevistadas. Foi possível identificar um ponto divergente nas falas sobre o acesso a políticas públicas que coloca o papel da associação de moradores rurais e a frequência dos trabalhadores rurais às reuniões como ponto-chave para combater a desinformação a respeito das políticas de financiamento, dos requisitos e processo de aquisição de crédito produtivo.

Eu não pego nenhum e conheço pouco desses empréstimos, ouço falar por cima do Pronaf, já ouvi uma vez sobre um só para a mulher, isso eu ouvi no rádio... Para mim que não frequento as reuniões da associação fica mais difícil conseguir saber melhor essas coisas[...]

Na minha comunidade acho que todo mundo conhece, porque a associação faz as reuniões todo mês e tem a visita dos técnicos do banco, e a gente vai atrás também. Lá na minha comunidade as mulheres tomaram a frente disso, elas lutam com garra mesmo. Em muitas comunidades eu vejo que já tem grupos de mulheres nas associações assim também, mas tem outras que já não tem tanta informação assim [...]

Esses dados nos permitem reforçar as colocações de (Dias e Matos, 2015, p. 4) “[...] parte fundamental das atividades do governo se refere ao projeto, gestão e avaliação das políticas públicas [...]” A gestão das políticas públicas deve estar alinhada com a participação social, com os interessados diretamente no programa social aplicado para sanar uma necessidade. Os pontos destacados nas falas acima trazem à tona a falta de informação direta da gestão pública com todo o público a quem uma política pública está direcionada considerando suas particularidades.

5.2 O Papel da Política Pública no Fortalecimento do Trabalho Coletivo Feminino

O trabalho feminino no campo tem sido pauta dos movimentos sociais nas últimas décadas, as mulheres construíram redes de apoio para desenvolver suas atividades e progredir em grupo, desde então o rompimento das relações de submissão vêm acontecendo de maneira gradual, à medida que surgem questionamentos dessas relações e movimentos de conscientização do papel feminino, mesmo com o fortalecimento dos movimentos feministas, os direitos não se concretizaram de maneira igualitária para todas, e quando se trata do meio rural, o acesso a políticas públicas para as mulheres preocupa de maneira peculiar, a representação social está mudando essa conjuntura a passos lentos, porém, não menos importantes, por meio da formação de consciência, elas estão minando a cultura patriarcal principalmente por meio da independência financeira e da coletividade.

O papel do trabalho na vida das mulheres rurais se configura em um contexto totalmente diferente do que é vivido por mulheres urbanas, geralmente o trabalho no campo não possui garantias trabalhistas, registros oficiais, benefícios e nem legislação clara para reger a atividade rural. Se dividindo entre o trabalho braçal no campo, a lida com os filhos e com a casa elas enfrentam a invisibilidade e o abandono do poder público, característica marcante se observarmos as diferenças entre o desenvolvimento no campo e o desenvolvimento urbano. A importância da promoção do trabalho feminino acaba por se tornar uma

reparação social que necessita ser garantida pelo Estado, essa preocupação é unânime entre as entrevistadas.

[...] quando foi para vir para cá para a cantina, a gente conseguiu um empréstimo do Banco do Nordeste, foi tudo mais calmo, a gente produziu mais e conseguiu trazer tudo para vender, para iniciar aqui e depois andar com nossas pernas, e quem pegou o empréstimo foi uma das meninas, a gente não pediu a homem nenhum [...]

[...] Com incentivo financeiro tira essa visão de que a gente tem que ficar debaixo do pé do marido pedindo dinheiro para tudo e que só eles que podem, uma mulher chegar em um banco e sair com o dinheiro dela, ali ela vai fazer o trabalho ir para a frente, porque o mais difícil é começar.

A necessidade das políticas de financiamento para as mulheres agricultoras foi relatada pelas experiências individuais e coletivas entre as entrevistadas, mesmo as experiências individuais se generalizam nas falas quando se trata da importância das políticas de crédito nesse processo de emancipação coletiva e o interesse delas em estar à frente das decisões na comunidade em que estão inseridas, remontam Fischer (2006).

Na situação concreta do Nordeste rural, as mudanças na legislação têm contribuído para reduzir a dependência feminina. Por sua vez, a contínua presença das mulheres na esfera pública tem potencializado a redefinição das relações sociais de gênero. (FISCHER, 2006, p.53)

Ao nos referirmos às condições de valorização do trabalho, as mulheres participantes desta pesquisa expressam com clareza e propriedade sobre a notoriedade da iniciativa pública nesse processo sem divergências. Isso configura uma abrangência em relação à centralização da independência financeira como objetivo das mulheres agricultoras, frisando a contribuição do crédito rural para a movimentação das estruturas de dominação estabelecidas pela desigualdade social que enfrentam no campo, bem como a necessidade de iniciativa participativa da administração no que se refere às políticas públicas para as mulheres rurais adequando-as ao ambiente em que estão inseridas.

As entrevistadas apresentam-se em processo de formação de consciência, para além disso, demonstram práticas que promovem as mudanças, reforçando a posição de Cisne (2015).

Sem essa tomada de consciência feminista, a mulher não se liberta pelo simples fato de não perceber a liberdade como uma possibilidade, dado o nível de naturalização do seu sexo. Isso não quer dizer que basta a consciência feminista para conquistarmos a liberdade, o que seria idealismo (CISNE, 2015, P. 155).

A partir do momento em que as mulheres rurais têm direitos concedidos, estes servem como propulsor para que elas busquem outros direitos, sociais, políticos, motivando o anseio por mudanças nas suas relações cotidianas (FISCHER, 2006).

[...] quando a gente encontra esse apoio financeiro faz toda diferença para a gente sentir que pode e assim a gente vai adiante, a mulher da zona rural acho que não para nunca, eu mesmo quando peguei o primeiro empréstimo, é bom demais você planejar algo e dizer assim, eu vou lá e vou ter o dinheiro para fazer o que eu quero para trabalhar e produzir, é maravilhoso, eu comecei a construir minha independência ali, depois foi só crescimento.

Na zona rural a divisão do trabalho se caracteriza de maneira mais abrupta em relação ao gênero, o trabalho braçal e a dependência da força esteve sempre associada ao homem, reforçando a estrutura patriarcal e a dependência da mulher a um provedor da família e o acesso a política pública ainda se caracteriza como um percalço para alguns grupos de mulheres.

[...] Lá na associação o nosso grupo de mulheres conseguiu fazer nossa cozinha mesmo, com o nosso dinheiro, com o nosso esforço, a gente não achou ajuda de ninguém, do lado da sede da associação a gente construiu nossa cozinha e compramos um forno industrial e fomos ajeitando as coisas, antes eram sete mulheres, hoje somos trinta e cinco mulheres produzindo nessa cozinha, beiju, biscoito... e entregando em vários lugares, tudo sem financiamento nenhum, pra gente é o maior orgulho, e são só mulheres, não tem homem.

A formulação de políticas públicas inicia a partir da identificação de um problema, então a agenda define a prioridade para cada necessidade constatada, uma preocupação imprescindível é sobre a adesão dessa política elaborada para

atingir o bem comum, cada solução deve ser adequada para a realidade do problema, são muitas amarras e adversidades envolvidas nessa interação entre políticas e sociedade.

Essa definição de prioridade para as políticas públicas pode ser compreendida pela diversidade da sociedade em termos de necessidades que permeiam a situação social, idade, gênero, etnia, renda, categorias de trabalho e outros. São poucos recursos para solucionar diversas demandas, por isso, para aumentar a possibilidade de obter uma ação voltada para uma necessidade específica formam-se os grupos de interesse, movimentos sociais, organizações não governamentais e associações.

Quando se fala no papel da política pública como ação para atingir o bem-estar social, estamos falando do objetivo principal do Estado. A definição de público deve estar clara, essa constatação parte da necessidade de uma intervenção governamental para a solução de um problema visando o bem comum, são ações que não pertencem a um particular, por exemplo, um presidente em exercício que aplica uma política pública de caráter social, essas ações são controladas pelos governos, porém com um propósito público.

Eu quando recebia o meu dinheiro dos empréstimos, eu me sentia assim, que eu tinha vontade, ideias e ali ia realizar meu sonho, já fiz para a cerca, melhorei as coisas da minha roça, assim eu passei a produzir meus sequeiros antes de me juntar ao grupo das mulheres lá da comunidade e tudo eu comecei assim, ajuda muito, parece que dá um rumo na vida da gente [...]

O trabalho é o instrumento principal de transformação na atuação feminina no campo, tanto para a progressão econômica quanto social. É possível identificar a preocupação com a falta de visibilidade do trabalho feminino no campo, a organização das mulheres se configurarem preferencialmente de maneira grupal, não é por acaso, faz parte do processo de conscientização da necessidade de unir forças para avançar na conquista de direitos e igualdade.

A política pública representa a concretização de direitos garantidos pela constituição, por meio dela acontece a efetivação desses direitos. No caso das mulheres rurais, o acesso a políticas de financiamento é também um caminho de reparação histórica de um conjunto de opressões e cerceamento de direitos enfrentados ao longo da história.

6. DISCUSSÃO

No conjunto, os resultados obtidos traçam um perfil das necessidades e dificuldades vivenciadas pelas mulheres no campo, quando se trata de acesso a políticas públicas para financiar o trabalho, especialmente em grupo, conforme as informações prestadas pelas participantes. No caso estudado, parece prevalecer uma satisfação com as políticas de financiamento de modo geral, neste mesmo contexto surgem algumas intercorrências relatadas tanto em dificuldades de acesso quanto de necessidades que ainda não estão contempladas com incentivos da iniciativa pública, há uma perspectiva comum em grande parte das respostas o que sugere a importância do fomento ao trabalho feminino no campo.

O primeiro fato que chama a atenção é a consciência sobre o impacto do acesso ao crédito na produção que sempre se direciona do individual para uma fala geral, isso é compreensível, pois mesmo entre os teóricos da área há consenso sobre o que vem a ser a formação coletiva de mulheres rurais, as relações de trabalho se mostram como uma das principais reivindicações de luta feminina.

Há, por exemplo, uma fundamentação que permeia essa discussão acerca da importância do trabalho na vida das mulheres do campo, se observarmos que a partir de 1980 surgem os primeiros registros de mulheres se organizando em partidos políticos e sindicatos rurais, as reuniões desde o início foram construídas em sua grande parte com as reivindicações na condição de trabalhadoras rurais. Desde então, as políticas públicas têm sido o modo mais concreto e acessível de promover o trabalho rural feminino considerando, de fato, a sua relevância no contexto social e econômico.

Entretanto, é fundamental que o processo de formulação das políticas públicas se apoie em bases teóricas para garantir que o ciclo seja concluído de maneira sólida. Nesse caso, a expectativa dos pesquisadores era que as entrevistadas demonstrassem a vivência com o acesso às políticas de crédito descrevendo tanto as conquistas quanto os percalços no caminho. A fase da avaliação de políticas públicas é um dos fatores críticos para o desenvolvimento eficaz de uma política, conforme enfatiza Minayo (2005). Uma análise das

tentativas de aplicar um programa de políticas públicas eficientes e que abrangem necessidades de um grupo coloca em evidência falhas de comunicação, bem como, avaliação imprecisa após a etapa de aplicação.

Merece destaque também as menções marcantes que expõem a desigualdade de gênero como um elemento chave para a compreensão da mudança de postura feminina no meio rural, há a percepção muito clara sobre as vantagens masculinas em relação ao reconhecimento do trabalho pela sociedade como um todo e do acesso às políticas públicas. O entendimento das mulheres rurais sobre as necessidades de reivindicar, exerce um papel fundamental no caminho percorrido em busca da garantia de direitos e espaço, autores citados no referencial teórico ressaltam esse processo como o início da fissura no modelo de dominação. As falas remontam a Cisne (2015).

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Processo esse que estamos denominando de apropriação de si, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade... (CISNE, 2015, p. 136)

Os resultados que mais respondem à questão central da pesquisa dizem respeito aos reflexos do acesso ao crédito produtivo como fator indispensável à promoção do trabalho feminino no meio rural. Nesse caso, torna-se visível o que realmente se faz através dele, ou seja, quais são as atividades desenvolvidas após o recebimento do empréstimo. O cardápio de ações é diversificado, englobando plantio, melhorias na pastagem, investimento em cozinhas comunitárias e produção de alimentos em grupo. Tudo isso é feito, como afirmam algumas das entrevistadas, em nome da progressão do trabalho da mulher do campo com uma preocupação coletiva sobre a independência feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas fica evidente a relevância das políticas de financiamento para as mulheres agricultoras, ponto que foi retratado em vários momentos com lágrimas, mãos trêmulas e orgulho, as entrevistas confirmam a

eclosão de uma consciência coletiva sobre a dominância nas relações de trabalho e de gênero enfrentada fortemente por essas mulheres.

O objetivo central do trabalho se apresenta nos resultados identificando a importância e a real contribuição do crédito produtivo para o trabalho coletivo de mulheres em cozinhas comunitárias, ao nos referimos ao processo de fortalecimento do trabalho feminino no campo, as mulheres participantes desta pesquisa expressam com clareza e propriedade sobre a notoriedade da iniciativa pública nesse processo, sem divergências, o que configura uma abrangência em relação a centralização da independência financeira como objetivo das mulheres agricultoras, resultados que retomam Fischer, ao concluir que no Nordeste rural, diversos quesitos têm contribuído para reduzir a dependência feminina, entre eles a continuada presença das mulheres na esfera pública, no trabalho associado e nos movimentos sociais que potencializam a redefinição das relações sociais de gênero.

As mulheres estabelecem uma intensa relação entre si, organizadas em grupos para plantar, produzir alimentos, vender, reivindicar por espaços e direitos. Esse laço firmado na coletividade torna-se o instrumento mais importante para garantir o progresso das mulheres do campo, fato que fica evidente nas declarações, destacando os grupos de cozinhas comunitárias, juntamente com o conhecimento da realidade e dificuldades enfrentadas, a comunidade de Formigas se destaca nesse processo através da presença em massa das agricultoras na associação de moradores rurais, as entrevistadas enfatizam que atualmente na associação, há mais mulheres associadas do que homens, esse estudo possibilitou a identificação do associativismo como um elemento imprescindível para o desenvolvimento da mulher rural, bem como, para auxiliar no acesso a políticas de crédito.

A discussão sobre o processo de conscientização da mulher rural a respeito do reconhecimento do seu trabalho como fator crucial para sua autonomia é ampla e requer do pesquisador um esforço direcionado para compreender que o ambiente da zona rural tem peculiaridades que se desdobram na lentidão da conquista dos direitos das mulheres rurais, os componentes sociais são de extrema relevância para que a administração pública possa oferecer soluções acessíveis e adaptáveis a realidade dessas mulheres.

Os resultados das entrevistas apontam que a formação de grupos de mulheres trouxe a elas um novo papel dentro da estrutura patriarcal que permeia o contexto rural, a autonomia financeira e o apoio entre mulheres se constitui como uma maneira eficaz de romper as estruturas de dominação. O coletivismo entre as mulheres para produzir alimentos desencadeia discussões sobre a busca da autonomia feminina desenvolvida em uma rede de apoio feminina que gera condições para que esse processo ocorra na prática, a venda da produção gera renda, independência e valorização do trabalho.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional**. 2019. Disponível em:

<http://www.car.ba.gov.br/noticias/mulheres-se-destacam-como-protagonistas-da-agricultura-familiar-na-bahia>. Acesso em: 22 abril de 2022.

BITENCOURT, M. **Bahia tem o segundo maior percentual de mulheres produtoras rurais no país**. Correio, 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-o-segundo-maior-percentual-de-mulheres-produtoras-rurais-no-pais/>. Acesso em: 10 junho de 2022.

BLOG INCUBADORA. Feira de Santana, 2022. Disponível em: <http://incubadorauefs.blogspot.com/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Relatório de Demonstrações Financeiras, 2021**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-financeiras>. Acesso em: 22 abril 2022.

BONETI, L. W. **POLÍTICAS PÚBLICAS POR DENTRO**. 4ª Edição. Editora Unijuí: Ijuí, 2018.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania In: BUTTO, A; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.p. 11 - 35.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COELHO – NETO, A. Experiências de Economia Solidária no Território do Sisal-Bahia, Brasil – 1990-2013: ambiguidades e contradições. **Geografia**, Londrina, v.32. n. 2. p. 87 – 106, 2023.

CORTES, S.; LIMA, L.; A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 87, p. 33-62, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67325208003>>. Acesso em: 20 abril 2022.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: ATLAS, 2012.

FARAH, M. F. S. GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 12, n 1, p. 47-71, janeiro-abril/2004.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação**. Recife: Massangana, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6°. ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5°. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**. 20°. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octares editions; 2000.

PAVAN, D. O CAMINHO FEMININO PARA A REFORMA AGRÁRIA. **NERA**, n. 3, p. 28-44, 2012.

UEFS, I. D. I. D. E. P. E. S. D. **PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA III – “Sabores do Quilombo”**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2015.

UEFS, I. D. I. D. E. P. E. S. D. **PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA IV**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2016.